
POLÍTICAS CURRICULARES E COTIDIANOS: porque resistir é preciso!

Carlos Eduardo Ferraço¹
Marco Antonio Oliva Gomes²

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria e compromisso político que apresentamos mais uma Sessão Temática na Revista Espaço do Currículo (REC), que tem nas pesquisas com os cotidianos em composições com as políticas de currículo sua principal força.

No presente número fomos agraciados com interessantes discussões que versam sobre políticas curriculares em composições com diferentes níveis e/ou espaços-tempos educacionais e, ainda, seus desdobramentos e efeitos nos cotidianos escolares, mas não só nesses.

É preciso ressaltar com muito otimismo e responsabilidade que, desde a sua primeira publicação em 2016, a Sessão Temática sobre Pesquisas com os Cotidianos tem recebido cada vez mais artigos de Instituições e de grupos de pesquisa de diferentes estados brasileiros, fato que evidencia um aumento do interesse pela proposta-atitude política de se fazer pesquisa com os diferentes cotidianos educacionais.

No presente número, essa diversidade pode ser comprovada em termos dos pesquisadores e pesquisadoras pertencentes a diferentes instituições (UFF, UFES, UEMS, FACELI, UESB, UNEB, UERN, UFTM, UFMA, UFPB, UFPA e UFCG) que tiveram seus artigos aprovados para publicação neste número.

Motivados pela possibilidade de que os artigos aqui apresentados possam tanto afirmar a proposta política de pesquisa com os cotidianos, quanto ajudar na complexificação e no alargamento das discussões do campo do currículo, em especial no âmbito das políticas de currículo, desejamos uma leitura potente e fértil e que, possa incentivar cada vez mais, propostas de artigos para a referida Sessão Especial.

Abrindo a Sessão, temos o artigo *Educação, currículo e meio ambiente: fábrica ou ateliê de subjetividades?*, de Maristela Barenco Corrêa de Mello, no qual a autora problematiza, em um cenário de crise socioambiental marcado por uma insuficiência epistemológica de conceitos-sentidos potentes em Educação Ambiental, a possibilidade de se inventar e de se produzir perspectivas outras, que não legitimem os itinerários hegemônicos.

Para tanto, traz a temática da subjetividade que atravessa os discursos sobre Meio Ambiente, a Educação Ambiental e a Currículo, de modo a se comprometer com o campo dos processos de educação ambiental que pensam e trabalham os modos de singularização da subjetividade.

Para testemunhar tal percurso, enquanto práxis, a autora traz um fragmento de uma experiência vivida com o grupo de jovens Filhos da Terra, idealizado por um coletivo a qual fez parte, em uma

¹Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e Professor Associado IV da Universidade Federal do Espírito Santo.. E-mail: <ferraco@uol.com.br> ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-4019-591X>>

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo e Professor Titular da Universidade Vila Velha. E-mail: <paramarcoantonio@uol.com.br>

organização não-governamental de Direitos Humanos, cujo objetivo era fortalecer a perspectiva da Arte-Cidadania e Ecologia, com jovens de comunidades pobres.

Também buscando respaldar a dimensão coletiva na produção de outros currículos, trazemos o artigo *Formação docente e currículo: um estudo do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul*, de Orlando Moreira Junior e Walter Guedes da Silva.

Em suas argumentações, os autores afirmam e refletem sobre a importância da formação docente e do currículo a partir, como já destacado, da análise do processo de construção coletiva do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Campo Grande. O argumento desenvolvido pelos autores é o de que o PPC busca atender dois níveis da organização do trabalho docente: a organização do curso em sua totalidade; e a organização do processo formativo que ocorre no desenvolvimento das disciplinas, de modo a atender, de um lado, as exigências técnicas e normativas e, de outro, priorizando a formação de professores éticos e críticos.

O estudo identificou, ainda, a relevância que o PPC assume na vida discente, docente e para gestores, bem como a importância da valorização de uma formação pautada na construção da identidade docente dos licenciados.

Assim como os anteriores, o artigo de Jair Miranda de Paiva e Andréa Scopel Piol, intitulado *Filosofia, experiência e criações curriculares: potências para o ensino de filosofia*, afirma a importância do coletivo e da criação quando pensa o ensino de filosofia, aproximando uma dada proposição sobre formação docente na área de filosofia às possibilidades de criações curriculares cotidianas na escola.

Para tanto, partem da constatação de que há dificuldades de articular a formação docente com base nos saberes acadêmicos da graduação às práticas comuns do cotidiano na educação escolar, cujo exemplo é a expressão: 'na prática, a teoria é outra'.

Ao problematizarem essa expressão, eles buscam articular o ensino de filosofia, a formação de professores para seu ensino e as condições de seu fazer profissional, ao campo de estudos curriculares e do cotidiano em sua vertente que afirma a existência de criações curriculares nos cotidianos das escolas, em suas múltiplas experiências, saberes e fazeres.

Na mesma esteira de valorização das práticas cotidianas para se pensar os currículos, apresentamos o artigo *Prática cotidiana de ensino de cultura afro-brasileira: experiência de professora*, de Nilma Margarida de Castro Crusoé e Cecília Conceição Moreira Soares, que tem como principal objetivo analisar a prática cotidiana de ensino da cultura afro brasileira de uma professora de História do Ensino Fundamental no Colégio Anísio Teixeira em Salvador.

Ao contextualizar a pesquisa realizada em termos das discussões nacionais, sobre as diretrizes para implementação da Lei de nº 10.639/03, as autoras buscaram problematizar a prática cotidiana de ensino em sua dimensão subjetiva.

Para tanto, identificaram alguns dos sentidos que foram atribuídos pela professora no que tange às práticas de ensino de cultura afro-brasileira, nos anos iniciais do ensino fundamental, com base em suas experiências.

Os resultados apontam que as trajetórias pessoais, como a participação em grupos de militância negra e religiosa afro brasileira, são, também, elementos influenciadores da prática de ensino da professora.

Compondo com a temática anterior, o artigo *O contexto discursivo das políticas curriculares: relações étnico-raciais*, de Lady Daiana Oliveira da Silva e Núbia Regina Moreira focaliza o contexto discursivo sobre as políticas curriculares que tratam da educação para as relações étnico-raciais no Brasil

e que disputaram espaço por hegemonia, principalmente, a partir das influências do neoliberalismo e de organizações internacionais na reforma política e formulação das políticas públicas educacionais.

Ao partirem da visão que entende a política de currículo como produção discursiva, em que, os significados, são sempre contingentes e lutam por sua significação, as autoras assumem que as políticas curriculares para as relações étnico-raciais sempre serão disputadas, pois os efeitos de fixação são resultantes de articulações políticas, possibilitando modificações nos documentos oficiais em um dado contexto histórico que, por sua vez, sempre serão precários e contingentes, pois não dão conta de abarcar todo o social, já que a representatividade plena é inalcançável.

Ainda em termos das discussões sobre currículo que problematizam as prescrições legais, a partir das diferentes dimensões da prática, temos o trabalho *Autonomia curricular do professor em Angola: um olhar na perspectiva dos documentos normativos* de António Luis Julião.

Ao considerar que Angola atravessa momentos de profundas mudanças em todos os campos e dimensões, o autor defende a importância de se pensar a escola como local estratégico de decisão curricular, de mudanças funcionais e organizacionais, que permitem melhorar o ensino e adequar o sistema educativo aos imperativos hodiernos.

Ao destacar a publicação do Decreto Presidencial nº 160/18 de 3 de Julho que, embora de forma tácita, poderia gerar uma nova perspectiva de gestão curricular ao consentir possibilidades de autonomia aos professores, pensados como agentes curriculares, O autor infere que parece continuar a existir alguma dissonância entre o estatuído na norma e o que acontece no terreno das práticas.

Com isso, o artigo em tela se propõe a analisar a autonomia curricular do professor à luz do decreto executivo supra aludido, no sentido de se garantir o sucesso educativo dos aprendentes. Ao avançar em sua pesquisa, António Luis entende que mesmo que o normativo vigente, embora de forma tácita, confira alguma autonomia aos professores, as observações do cotidiano das escolas e os relatos indicam algum desconhecimento da prerrogativa normativa pois, em muitos casos, alguns docentes privilegiam exatamente o que consta no currículo em detrimento da tomada de decisões partilhadas, colocando em causa a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem.

A preocupação afeta à tensão existente entre as prescrições postas pelas políticas curriculares oficiais e as produções curriculares cotidianas também nos pareceu estar presente no artigo *Currículos praticados pensados nos cotidianos da EJA: condições e procedimentos de tradução* de Francisco Canindé Silva.

Ao partir da hipótese de que, o que acontece nos cotidianos escolares é sempre mais amplo e possível do que verticalmente estabelecem os currículos prescritos, o autor busca entender, então, como são *praticados pensados* estes diferentes currículos nos cotidianos da educação de jovens, adultos e idosos.

Busca mostrar, ainda, como os praticantes desta modalidade educativa resistem à lógica monocultural de conhecimento e religam saberes, de modo a criar táticas operacionais de aprendizagem. Para tanto, defende que a compreensão desta realidade de produção de táticas operacionais de aprendizagem só é possível quando se lança mão dos estudos do pensamento complexo, das pesquisas *nos dos com* os cotidianos e de reflexões acerca da sociologia das ausências e das emergências.

Ao realizar como procedimento metodológico um *mergulho profundo nos cotidianos* de professores desta modalidade educativa, foi possível conhecer, desde dentro, como estes professores enfrentam as condições postas pela realidade do conhecimento curricular hegemônico e quais procedimentos de tradução vêm-se produzindo nas interações que mantêm com o grupo.

O enlace das diferentes práticas curriculares revelou indícios de luta, de resistência e criatividade, específicas de processos educativos democratizantes, contribuindo com o debate no atual contexto das reformas políticas em educação, e na maneira de como os saberes produzidos na EJA não partem da premissa nem de um conhecimento geral, nem de uma ignorância geral.

Reforçando as visões contra hegemônicas, de resistência e de crítica, que é a tônica dessa Sessão Especial, também apresentamos o artigo de Janaína Farias de Ornellas e Luana Cristeinsen Silva, intitulado *O ensino fundamental da BNCC: proposta de um currículo na contramão do conhecimento*.

Ao apresentarem uma análise documental da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental, as autoras evidenciam como a BNCC está organizada, com destaque para como as disciplinas escolares aparecem e o que elas indicam para compor o currículo. Por fim, tecem reflexões com o propósito de problematizar e de apontar questões afetas à BNCC, buscando sinalizar inquietações e problematizações que podem motivar futuros estudos e pesquisas.

Na continuação das problematizações provocadas pela temática central aqui proposta, trazemos o artigo *O currículo da educação infantil em face das determinações de um sistema apostilado de ensino* de Karla Bianca Freitas de Souza Monteiro, cujo objetivo central foi o de compreender a participação das crianças, na construção do currículo de uma instituição de Educação Infantil na cidade de Imperatriz.

Ao partir de um referencial teórico interdisciplinar e apoiada em análises que consideram questões cotidianas, sobretudo aquelas decorrentes da atitude necessária de escutar o que as crianças têm a nos dizer, foi possível inferir que a participação das crianças na realização do currículo oficial é bastante limitada, pois são muitas as imposições e as relações de poder que as segregam e as colocam em uma posição passiva diante dos interesses do sistema de ensino.

No mesmo sentido de ouvir e valorizar os interesses, as expectativas e os desejos das crianças, situa-se o artigo *Se não se sabe de antemão como alguém vai aprender, como avaliar na educação infantil?*, de Larissa Ferreira Rodrigues Gomes, Ana Cláudia Santiago Zouain e Kezia Rodrigues Nunes.

Como já reforçado em textos desta Sessão, em tempos de implementação da Base Nacional Comum Curricular, que tem como efeito interferir diretamente no tripé currículo, formação docente e avaliação, o trabalho das autoras coloca em questão as práticas avaliativas que se afirmam em lógica classificatória.

Ao criarem um campo problemático composto por documentos oficiais, incluindo a própria BNCC, as autoras apresentam um breve histórico de como se constituíram os processos legislativos e de avaliação na Educação Infantil para, então, assumirem uma dimensão de aprendizagem e de avaliação como processos relacionais.

Por fim, apostam em uma aprendizagem inventiva, proporcionada pelos encontros vividos nos cotidianos escolares; nos sujeitos de saberes, fazeres e poderes, o que tem como consequência pensar a avaliação não como prática classificatória, mas como acompanhamento dos processos aprendentes. Essa postura requer, como já aludido, uma crítica à imposição de critérios previamente estabelecidos para a avaliação da aprendizagem na infância, como os que se destacam na BNCC.

Em termos dos textos recebidos por demanda contínua, destacamos três artigos que se aproximam, consideravelmente, da temática aqui proposta. O primeiro deles, *Atuação da Undime na Base Nacional Comum Curricular: analisando articulações*, de Jorge Luis Umbelino Sousa, foi pensado a partir de inquietações que nos desestabilizam no percurso de pesquisadores no campo do currículo e, mais precisamente, no campo das políticas curriculares.

A busca por entender a política curricular como processo de significação e de representação, levou o autor a se distanciar de análises políticas que se ancoram na centralização do poder e na ideia de hegemonia à luz dos consensos.

Para além dessa perspectiva, o texto em questão foi pensado tendo como aporte a matriz pós-estrutural, concebendo os atores políticos como criadores de significados na política, os quais estão em permanente processo de articulação discursiva e em cenários de hegemonias provisórias e contingenciais.

Ao analisar os discursos da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) sobre a Base Nacional Comum Curricular e sobre o papel do município na “implementação” dessa política de currículo, o autor evidencia a existência de diferentes discursos, os quais tendem a produzir significantes que servem de pontos nodais, tais como qualidade da educação e direito à educação.

O artigo: “A organização curricular e os ciclos de formação humana no Estado de Mato Grosso”, da autoria de Kelly Katia Damasceno e Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira, problematiza a maneira como a proposta curricular na rede estadual mato-grossense se vincula à política de organização do trabalho pedagógico, a partir do que consideram como os ciclos de formação humana.

Para tanto, foram assumidos os fundamentos da pedagogia histórico-crítica, tomando-se como referência fundamental o princípio da humanização, entendido como assimilação dos elementos clássicos da cultura humana.

A partir dos dados produzidos, procurou-se analisar os aspectos conceituais relevantes da referida proposta curricular, indagando-se sobre sua vinculação ou não à promoção da humanização, via ação intencional voltada à assimilação dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos, efetiva forma de compromisso político que se entende que deve estar presente na escola organizada por ciclos de formação humana. Constatou-se, por fim, a existência de fragilidades acerca da consistência do documento oficial de referência curricular do Estado e dos vínculos com a prática pedagógica.

O último artigo aqui apresentado *Transposição didática sobre o ensino de produção textual na BNCC*, de Antonio Naéliton do Nascimento e Denise Lino de Araújo, problematiza o fato de que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) surge como resultado de uma discussão sobre a necessidade de um currículo comum para o país e propõe para cada área do conhecimento os conteúdos que devem compor os currículos das escolas.

No entanto, quando se leva em conta, por exemplo, a área de Linguagens e a disciplina de Língua Portuguesa, podemos perceber que as opções teóricas feitas durante a elaboração desse documento não são indicadas, o que levou os autores a apresentar o que chamam de uma (des)montagem da arquitetura conceitual e estrutural da segunda versão da referida base para o ensino médio.

Ao analisarem a transposição didática, isto é, a passagem do saber científico ao saber escolarizável, a qual (re)define objetos de ensino, concluem que há um apagamento das filiações teóricas e uma imprecisão conceitual, que podem se revelar como complicadores da leitura, além de uma vinculação recorrente à noção grafocêntrica de texto, resultando em uma visão menos pedagógica do objeto de ensino em referência.

Uma boa leitura!